

Recomendação

“Pela defesa das Unidades Hospitalares de Lisboa Central”

A pretexto da abertura de um novo hospital na zona oriental da cidade, o Governo pretende dismantlar e encerrar vários hospitais do centro de Lisboa, no seguimento da venda, em 2009, dos Hospitais da Colina de Santana à empresa ESTAMO, com a finalidade de viabilizar projectos imobiliários de luxo.

Importa referir que na cidade já foram encerrados os seguintes Hospitais: Desterro, em 2007, Miguel Bombarda, em 2011 e S. Lázaro em 2012. Anteriormente, em 1993 foi desactivado o Hospital de Arroios.

Além do objectivo de encerrar e dismantlar os três hospitais da Colina de Santana ainda em funcionamento - S. José, Capuchos e Santa Marta -, a intenção alarga-se aos restantes que integram o Centro Hospital Lisboa Central - Hospital Dona Estefânia, Maternidade Alfredo da Costa e Curry Cabral.

No seguimento da venda dos Hospitais da Colina de Santana, o Estado é obrigado a pagar anualmente uma renda de 6 milhões à ESTAMO, para continuar a utilizar estes hospitais. Neste momento, o Estado já pagou cerca de 40 milhões de euros em rendas.

Ora, do ponto de vista da saúde não se conhece qualquer estudo que justifique o encerramento destes hospitais, que são unidades com especialidades únicas no país. Aliás, os hospitais do Centro Hospitalar de Lisboa Central receberam, em 2016, a acreditação e certificação de uma prestigiada entidade acreditadora, reconhecendo a sua qualidade de excelência.

Também até esta data não se conhecidos publicamente estudos de impacto sobre a medida de desactivação destes hospitais, designadamente ao nível das populações afectadas.

Segundo foi divulgado, o Hospital de Lisboa Oriental terá menos profissionais da saúde, menos blocos operatórios, menos gabinetes médicos, e apenas 875 camas, em vez das actuais cerca de 1300 hoje existentes nos 6 hospitais que integram as Unidades Hospitalares de Lisboa Central, não tendo assim capacidade para absorver os serviços prestados pelos hospitais que se pretende dismantlar.

Neste sentido, o Hospital de Lisboa Oriental deverá servir como complemento às unidades hospitalares existentes na cidade, face às graves carências a nível da prestação de cuidados de saúde, e nunca justificar o seu encerramento ou dismantlamento, o que seria um injustificável e inaceitável ataque a Lisboa e aos lisboetas e agravaria seriamente a prestação de cuidados de saúde da cidade e de todas as regiões que recorrem a estes hospitais.

Acresce ainda a esta situação o facto de esta intenção do Governo contrariar a expressiva maioria das opiniões transmitidas nas diversas sessões do debate sobre esta

matéria realizado em 2014 na AML, pondo assim em risco o acesso da população de Lisboa, e de outras regiões do País, a cuidados de saúde altamente especializados em Portugal.

É, assim, desejável que eventuais projectos que surjam no sentido da reabilitação da zona da Colina de Santana não impliquem necessariamente o encerramento destes hospitais, não obstante a necessidade de se proceder a ajustes e à reorganização dos cuidados de saúde.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “**Os Verdes**”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:

1 - Exija do Governo a reversão do processo de venda dos terrenos e edifícios dos Hospitais de São José, Santa Marta, Santo António dos Capuchos e Miguel Bombarda.

2 - Diligencie junto do Governo pela defesa e manutenção em funcionamento das unidades hospitalares existentes em Lisboa Central.

3 - Defenda a salvaguarda do património histórico e arquitectónico das unidades hospitalares de Lisboa Central.

4 - Pugne por um novo hospital em Lisboa, de gestão pública, que sirva de complemento às unidades hospitalares da cidade.

5 - Elabore, através de um processo profundo e participado, uma nova Carta de Equipamentos de Saúde, que inclua todos os cuidados de saúde previstos.

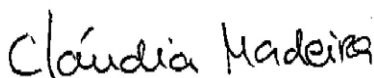
Mais delibera ainda:

6 - Continuar a acompanhar esta matéria de importância fundamental para a cidade e para o país.

7 - Enviar a presente deliberação ao Presidente da República, ao Primeiro Ministro, ao Ministro da Saúde, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Movimento de Utentes de Serviços Públicos, às Comissões de Trabalhadores e de Utentes, assim como a todos os participantes do debate realizado na AML em 2014.

Assembleia Municipal de Lisboa, 25 de Julho de 2017

O Grupo Municipal de “**Os Verdes**”



Cláudia Madeira



J. L. Sobreda Antunes